



## **Os sentidos da participação, cidadania e territórios: um diálogo com as metodologias participativas no PAIF<sup>1</sup>**

Los sentidos de la participación, ciudadanía y territorios: un diálogo con las metodologías participativas em el âmbito Del trabajo social com las familias em el PAIF

The senses of participation, citizenship and territories: a dialogue with participatory methodologies in the PAIF

**Fabiana Meijon Fadul**

*Centro Universitário Una – Minas Gerais – Brasil*

**Maria Lucia Miranda Afonso**

*Centro Universitário Una – Minas Gerais – Brasil*

---

### **RESUMO**

O presente artigo busca problematizar os sentidos dos processos de participação nos territórios da Proteção Social Básica de assistência social e tecer considerações quanto as possibilidades e desafios das metodologias participativas no trabalho social com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF. Para tanto objetivou apresentar breves considerações sobre o território e a participação social, visando dar sustentação ao papel que as metodologias participativas e o trabalho com grupos assumem no desenho metodológico do PAIF, discutir ainda a correlação dessas metodologias com os princípios da intersetorialidade e da interdisciplinaridade e assim refletir sobre suas implicações para a equipe interdisciplinar no PAIF. Conclui que embora haja uma ampla diversidade de metodologias faz-se necessário a busca por uma maior convergência destas com os princípios e diretrizes do SUAS.

**Palavras-chave:** Participação. Metodologias participativas. Territórios. CRAS. PAIF.

### **RESUMEN**

El presente artículo busca problematizar los sentidos de los procesos de participación en los territorios de la protección social básica de asistencia social y tejer consideraciones en cuanto a las

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto das discussões da dissertação de mestrado intitulada “O trabalho Social com famílias no âmbito da Proteção Social Básica: diálogos e conflitos no campo Discursivo da Assistência Social” (Fadul, 2014), defendida, com orientação de Maria Lúcia M. Afonso, no Mestrado em Gestão Social e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte.

posibilidades y desafíos de las metodologías participativas en el trabajo social con familias em el Servicio de Protección y Atención Integral a la Familia - PAIF. Para ello presenta breves consideraciones sobre el territorio y participación social, con el fin de dar soporte al papel que las metodologías participativas y el trabajo con grupos asumen en el diseño metodológico del PAIF, discute aún la correlación de éstos con los principios de la intersectorialidad y de la interdisciplinariedad con el objetivo de reflexionar sobre sus respectivas implicaciones para el equipo interdisciplinario en el PAIF.

**Palabras-clave:** Participación. Metodología participativa. Territorios. CRAS. PAIF.

## **ABSTRACT**

This article tries to problematize the senses of the processes of participation in the territories of the basic social protection of social assistance and to make considerations about the possibilities and challenges of the participative methodologies in the social work with families in the Service of Protection and Integral Assistance to the Family - PAIF. The purpose of this study was to present brief considerations about the territory and social participation, in order to support the role that participatory methodologies and work with groups play in the PAIF methodological design, and to discuss the correlation of these methodologies with the principles of intersectoriality and interdisciplinarity. sought to reflect on its implications for the interdisciplinary team at PAIF. It is concluded that although there is a wide diversity of methodologies, it is necessary to seek greater convergence with the principles and guidelines of SUAS.

**Keywords:** Participation. Participatory methodologies. Territories. CRAS. PAIF.

---

### **Introdução**

As realidades sociais vivenciadas pelas famílias alvo das políticas públicas são compartilhadas em contextos sociocomunitários e são reflexos de contextos sociais desiguais, e, portanto refletem a questão social, exercendo influência nas suas dinâmicas internas e externas e no exercício da cidadania emancipatória. Ao analisarmos as recentes orientações sobre trabalho com famílias na Assistência Social, em especial no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF é notória a ênfase depositada na participação e na intervenção coletiva com as famílias nos territórios. (Brasil, 2012a). Porém não basta apenas ‘fazer grupos no CRAS’ é preciso uma clareza na compreensão do porque a estratégia coletiva e a participação são relevantes neste contexto e qual oferta de serviço à população ela se destina. Essa questão tem sido foco de vários estudos que

buscam problematizar as possibilidades e desafios do trabalho com grupos no PAIF, com destaque recentes para Angelim & da Silva (2016), Afonso & Fadul (2015), Tatarrello (2015) e Afonso (2010).

O presente artigo foi elaborado tendo como base parte das discussões do referencial teórico da dissertação de mestrado intitulada “O trabalho Social com famílias no âmbito da Proteção Social Básica: diálogos e conflitos no campo Discursivo da Assistência Social” (Fadul, 2014) e objetiva apresentar breves considerações sobre o território e participação social, visando dar sustentação ao papel que as metodologias participativas e o trabalho com grupos assumem no desenho metodológico do PAIF, discuti-se ainda a correlação destes com os princípios da intersetorialidade e da interdisciplinaridade por meio da reflexão sobre suas implicações para a equipe interdisciplinar no PAIF.

Como forma de contribuir para a ampliação das reflexões sobre o trabalho social com famílias no PAIF é proposta uma articulação entre a teoria de Oficina de Intervenção Psicossocial- OIP conforme estabelecido por Afonso (2000) em relação aos objetivos e diretrizes do SUAS, em especial do PAIF/CRAS (Brasil, 2010; Brasil, 2012b).

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira parte são apresentadas as diretrizes do trabalho social com famílias no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS com ênfase nos princípios da matricialidade sociofamiliar e territorialização. Na segunda parte discute-se a relação entre territórios e participação social buscando construir uma correlação entre a os processos de significação no territórios e os mecanismos de participação social e o papel que as metodologias participativa possuem como ferramenta metodológica interdisciplinares de intervenção no âmbito das Política de Assistência Social e a sua convergência com os princípios e diretrizes do SUAS. Por fim tecemos considerações quanto a relevância dessas metodologias no processo de planejamento estratégico das ações do PAIF e a necessidade crescente de maiores aproximações com os princípios e diretrizes do SUAS.

### **O trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica e suas diretrizes de atuação**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), promulgada em 2004, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, foi proposta como política respaldada no direito à proteção social, na universalização dos direitos de cidadania e no princípio da responsabilidade do Estado. Partimos do pressuposto de que a expansão de uma política pública não acontece baseada somente em uma racionalidade técnica. Pode-se ponderar que os esforços de construção do SUAS foram desenvolvidos no campo fértil da discussão sobre a natureza, o alcance, a racionalidade da proteção social brasileira com o intuito de

romper com as práticas assistencialistas e subsidiárias historicamente construídas.

Em 2005, inicia-se a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que se divide em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB atende indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade decorrente de pobreza, exclusão e/ou violência e que mantêm os seus vínculos de pertencimento social. A PSE é dirigida a indivíduos, famílias ou grupos em situação de violação de direitos e com vínculos familiares ameaçados ou rompidos.

A PSB visa prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidades e riscos sociais por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) foi definido como o principal equipamento da PSB, devendo ser implantado em territórios com alta vulnerabilidade social (Brasil, 2012a).

A PNAS aponta como uma de suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar, centralizando na família a concepção e a implementação dos benefícios e serviços visando a superação de vulnerabilidades e riscos sociais. Compreende a família como núcleo primário de proteção, sociabilidade e convívio que deve ser apoiado pelo Estado, especialmente quando em situação de vulnerabilidade, para que possa desempenhar as suas funções protetivas (Brasil, 2004). Porém, a família pode igualmente ser um espaço de apoio mútuo ou um espaço marcado por tensões e conflitos. Uma segunda diretriz fundamental para a organização da PSB se baseia na territorialização que se refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento, por meio da oferta de serviços socioassistenciais nos

locais em que se organiza a vida dos usuários, considerando para isso as potencialidades nele instaladas. Outras diretrizes relevantes, especialmente nesse artigo, são a intersectorialidade e da interdisciplinaridade para a oferta dos serviços (Brasil, 2004).

Os serviços, desenvolvidos no território, devem ser referenciados ao Centro de Referência Assistência Social e articulados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, para garantir o trabalho social com as famílias dos usuários, identificando suas demandas e potencialidades e possibilitando a materialização da diretriz de matricialidade sociofamiliar.

O Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) tem por objetivos

fortalecer a função protetiva da família, promovendo o acesso e usufruto de direitos humanos e sociais e da melhoria da qualidade de vida das famílias; prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social e, ainda, promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades (Brasil, 2009, p. 4-5).

O público do PAIF é composto por famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos e de pertencimento social, em especial famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e do Benefício de Prestação Continuada – BPC (Brasil, 2012 a). Essa priorização se explica pelo fato de que a pobreza é uma condição, ainda que não determinante, que afeta sobremaneira a exposição a situações de vulnerabilidade tanto quanto as possibilidades para o seu enfrentamento. O acesso ao serviço se dá por encaminhamentos da rede de serviços, por busca ativa efetuada pela equipe

do CRAS no território ou por demanda espontânea.

Para realizar os seus objetivos, o PAIF desenvolve atividades articuladas entre si: atividades de acolhida incluindo encaminhamentos à rede de serviços; atividades grupais e atividades coletivas / comunitárias. É na articulação destas atividades que os acessos podem ser promovidos, as potencialidades identificadas e desenvolvidas estratégias para o enfrentamento das situações de desproteção social e vulnerabilidades.

Especialmente em relação às oficinas no âmbito do PAIF os objetivos são a (1) contextualização das situações de vulnerabilidade e risco através da (2) reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e (3) interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade e (4) favorecendo processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia diante de riscos e vulnerabilidades sociais (Brasil, 2012b).

As oficinas representam, em certa medida, a dimensão coletivizada da atenção socioassistencial proposta pela PAIF uma vez que propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas pelas famílias em seus territórios, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento. Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, além de favorecer processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social (Brasil, 2012b).

Neste sentido, merece um olhar atento demarcar e analisar o campo discursivo do trabalho com famílias na assistência social, pois podemos identificar os diálogos e conflitos de diferentes visões sobre as concepções de proteção social, família e cidadania uma vez que elas exercem influência, direta ou indiretamente na execução do trabalho socioeducativo com famílias (Fadul 2014). O termo campo discursivo será utilizado neste artigo em referência a Teoria de Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Fairclough (2001) que considera que "o discurso é uma prática, não apenas de representação, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2001, p. 91). Como aponta Sposati (2009) em um cenário político, histórico e cultural tradicionalmente marcado pela negação e restrição de direitos, o campo discursivo da assistência social não escapa ao jogo de forças entre concepções, interesses, perspectivas e tradições da sociedade brasileira. Portanto, compreender como o campo discursivo da assistência social se apresenta enquanto prática social nos possibilitará ampliar o debate acerca do trabalho social com famílias e assim apontar elementos importantes para a proposição de estratégias de intervenção social com famílias na Proteção Social Básica, partindo de uma visão crítica do sistema e visando colaborar para o aprimoramento das ações e metodologias, tendo como referência ética a promoção da cidadania.

### **Território, territorialidades e participação**

Os problemas experimentados e vividos pelos indivíduos e famílias são, quase em sua totalidade, resultados da realidade em que vivem. Ou seja, a questão social interfere e modifica as relações e dinâmicas familiares. E neste sentido ao reconhecer os efeitos, nas relações dos contextos políticos, econômicos e culturais vivenciados em determinado território, reconhece-se também que os

próprios territórios ganham significados e valores para as famílias ali residentes, como também para os profissionais que neles atuam (Andrade & Matias, 2009). Neste sentido Koga e Alves (2010) apontam que,

compreender as diferentes expressões da questão social brasileira tem se tornado, paradoxalmente, uma emergência rotineira, dada as multifacetadas imbricações contidas no processo de exclusão social. Também se mantém desafiadora a evidência de que tais expressões se dão no concreto dos territórios de vivência (Koga & Alves, 2010, p. 69).

Entretanto, as proposições teóricas sobre território e territorialização não são suficientes para delas se deduzir procedimentos para o trabalho social, faz-se necessário um investimento com objetivo de afinar as metodologias e práticas propostas pela PNAS para o trabalho no território. Neste interim, pensar o planejamento das atividades desenvolvidas nos serviços de Proteção Social Básica torna-se um exercício intimamente articulado com o diagnóstico das necessidades e demandas sociais da população atendida.

Porém, elaborar um diagnóstico é uma tarefa complexa que envolve processos e passos diferenciados. Entre as questões relevantes é importante considerar: que tipo de dados levantar? Onde? Quem deve participar desse levantamento? Como sistematizar os dados em informação levando a uma reflexão produtiva para o trabalho a ser desenvolvido? Como articular, no contexto da política, as demandas que a população apresenta e a análise de suas necessidades sociais, e que nem sempre são coincidentes? Como, enfim, elaborar um planejamento, a partir do diagnóstico, que garanta a participação dos usuários, ainda que esta participação varie de intensidade e abrangência nos diferentes territórios? Na literatura acadêmica, existem diferentes propostas para a elaboração de diagnósticos participativos, tais como o Marco

Lógico, o Método dos Doze Passos, método ZOOP (Brose, 2010).

Pereira (2010) argumenta, a dimensão espacial da territorialidade sempre fez parte da história da assistência social no Brasil. As propostas de trabalho sobre a territorialização poderiam ser pensadas como estratégias de amenização dos conflitos sociais em nível local, ou, diferentemente, ser consonantes com um projeto de universalização dos direitos. Nos anos 1970, a crise dos Estados-nação e a universalização do capital financeiro contribuíram para reafirmar o papel do território para a reprodução do capital. Assim, conforme Pereira (2010), para afirmar-se como política pública de cidadania, a PNAS precisa consolidar processos participativos e o controle social sobre a política pública. No âmbito da assistência social, a expressão território possui múltiplas significações, desde o espaço de vivência das famílias, o território imaterial das comunidades, bem como a região a descrita na qual o equipamento CRAS circunscreve (Filgueiras, 2014). Contudo o foco no território não leva, automaticamente, a processos democratizantes ou à garantia de direitos e é fundamental fomentar a participação efetiva dos diversos atores sociais. Entretanto, visões contraditórias - entre o assistencialismo e a cidadania - ainda se conflitam e se entrecruzam no campo da assistência social no Brasil. Segundo Pereira (2010), “essas contradições expressam, em alguma medida, diferenças em torno da compreensão de território e da contribuição deste na universalização de direitos de cidadania” (Pereira, 2010, p.196).

Ressalvadas as limitações desse artigo, é importante refletir sobre as metodologias participativas como um dos instrumentais possíveis para a promoção da participação no território, visando ao fortalecimento dos objetivos da PNAS como uma política de direitos. E, dentre as metodologias participativas, focalizaremos a Oficina de Intervenção Psicossocial (OIP). A Oficina de intervenção Psicossocial

(Afonso,2000; Afonso, 2006; Afonso, Vieira-Silva & Abade,2009) é uma metodologia que tem sido utilizada no contexto de intervenção em políticas públicas, como na saúde e assistência social (Afonso e Fadul ,2015). O termo oficina expressa o seu caráter operativo, onde é desenvolvido um trabalho com as demandas, as identidades sociais as relações e processos do grupo. Pode ser definida como:

um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, dentro ou fora de um contexto institucional. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, suas formas de pensar, sentir e agir (Afonso, 2000, p.34).

Para deixar claro os riscos do metodologismo, faz-se necessária tecer algumas considerações sobre a questão da participação, enfatizando aqueles aspectos que podem ajudar a refletir sobre os limites e as potencialidades das metodologias participativas para a gestão do trabalho social no território.

### **Metodologias participativas no território: um esforço para fazer valer a pena**

A gestão social incorpora estratégias como a descentralização, a participação, o controle democrático e a intersetorialidade. Assim, a intersetorialidade tem sido colocada como uma estratégia para operacionalizar a gestão social.

De acordo com Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2011), a gestão social afirma e exige a participação ampla dos atores sociais envolvidos nos processos decisórios. A cidadania deliberativa “significa que a legitimidade das decisões políticas deve ter

origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (Iizuka *et al*, 2011, p. 749). Porém, o fluxo de ações presentes nos processos decisórios da cidadania deliberativa é permeado por fenômenos diversos que nem sempre são considerados na literatura (Iizuka *et al*, 2011). Assim, é preciso indagar quais os fatores facilitam ou entram a participação, seja pela diversidade dos atores sociais e de interesses envolvidos ou seja pelos aspectos culturais e relacionais que atravessam os processos decisórios, dentre outras questões (Iizuka *et al*, 2011, p. 773). Seria um equívoco supor que os sujeitos sociais, em um território, são todos orientados por interesses iguais e bem definidos e que os processos decisórios ocorrem de forma absolutamente racionais, lineares e claros. Pois, a complexidade dos processos participativos abrangem fatores diversos, imbricados no contexto social, cultural e relacional do território (Iizuka *et al* 2011).

Ou seja, estimular a participação no território pode ser um processo complexo, em especial quando se trata de territórios socialmente vulneráveis atingidos pela violência urbana, o tráfico de drogas ou outros elementos que somam novos riscos sociais à questão da pobreza e das desigualdades tais como de gênero, etnia, geração e outros.

Com efeito, o princípio da participação social no território – e a sua não menos importante articulação com a participação em outros âmbitos é um argumento forte que deve sustentar para a efetivação da proposta da PNAS como política de direitos. Entretanto, não podemos desconhecer que a promoção da participação no território encontra novos desafios que precisam ser discutidos em sua complexidade, na capilaridade das ações, nas particularidades dos atores sociais e na multiplicidade das questões pertinentes ao modo de vida e à qualidade de vida no território. Uma pequena digressão relativa à discussão do conceito de participação vale a

pena, para introduzirmos a questão das metodologias participativas na Proteção Social Básica, ressaltando a complexidade do seu objetivo, no contexto específico da política.

Segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998),

o ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, p.98).

Assim, a expressão participação política tem sido usada para designar atividades de diversas naturezas como o voto, a militância política, a participação em manifestações e outras práticas inseridas nas democracias ocidentais. Bobbio *et al* (1998) enfatizam três formas de participação política: (1) *presença*, composta de comportamentos de simples presença em ações ou eventos, nos quais o indivíduo não faz contribuições pessoais; (2) *ativação*, quando o sujeito desempenha tarefas que lhe foram confiadas por outros a partir de estruturas ou planos existentes; e (3) *participação*, tomado em sentido estrito, quando o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. A essa forma, pode-se também nos referir como participação plena ou protagonismo social.

A participação política acontece, na maioria das vezes, condicionada pelas estruturas ou ocasiões que permitem ou medeiam à participação no contexto social, sendo que raramente são promovidas pelos indivíduos, mas refletem as formas do sistema político (Bobbio *et al*, 1998). Pensando nos territórios referenciados pelo CRAS, podemos nos perguntar sobre as estruturas ali existentes que viabilizam a participação dos diferentes atores sociais tanto em nível local quanto na

articulação com outras instâncias da sociedade, como o município ou mesmo com outras políticas públicas. Ora, promover a participação por meio de metodologias participativas é importante, mas não supre a carência de estruturas que tornem possível a participação no território.

Além disso, a propósito do processo de participação na sociedade, Milani (2008) busca avançar a discussão indagando, dentre outras questões, quem participa, em que, para que, como, em que espaços ou canais de decisão? Como o processo de participação contribui para a construção do interesse coletivo? (Milani, 2008, p. 9-10). Essas e outras questões poderiam servir como norteadoras na promoção da participação no PAIF/CRAS por meio das metodologias participativas.

Sem dúvida, para a efetivação da PNAS, é essencial considerar a participação dos usuários, por meio de conferências, conselhos e outras estruturas, porventura existentes, em nível local ou em outros níveis, visando primordialmente ao controle social da política pública. Contudo, outras dimensões mais elementares da participação podem ser consideradas, principalmente levando-se em conta a diversidade cultural dos territórios atendidos e dos sujeitos sociais que os compõem. Por exemplo, a participação cultural ou em elementos do modo de vida no território, quando se pensa, por exemplo, na defesa dos direitos da criança, no combate à violência doméstica ou na promoção da igualdade racial. Essas ações podem ter um efeito de promover o capital social no território e, no processo, vir a estimular a participação de alguns dos usuários, como lideranças ou não, no controle social das políticas públicas.

Sugere-se que não se deve perder de vista essa articulação, evitando fragmentar as ações focadas nas demandas específicas de indivíduos, famílias ou grupos comunitários, limitando-se a respostas imediatas

possibilitadas com os recursos da política, mas que não fazem qualquer correlação com as estruturas para o controle social da política e não são convergentes com uma visão de proteção social emancipatória que busca uma maior ampliação da autonomia e protagonismo dos sujeitos enquanto sujeitos de direitos.

Porém, aqui, mais uma vez a complexidade reclama o seu quinhão: não são necessariamente os usuários atendidos, ou que tiveram uma participação cultural no território, que se engajarão na participação política, no território ou para além dele. Cabe perguntar pelos fluxos e processos da participação no território levando em conta essa complexidade. Não necessariamente o grupo da oficina com jovens de *hip-hop* comparecerá a uma conferência local... talvez seja o jovem que assistiu ao show! Nesse sentido, vale lembrar Bobbio *et al* (1998), quando afirmam que, apesar do interesse pela política ser circunscrito a alguns grupos, novas formas de participação podem apontar para uma revitalização da política.

As metodologias participativas, assim podem se dirigir ao processo de formação para a cidadania emancipatória, fortalecendo a capacidade dos atores sociais para atuarem nos processos decisórios do território. Mas é preciso lembrar que as decisões sobre as quais esses processos decisórios se referem abrangem um amplo leque de questões sobre o modo de organização da vida e das relações no território.

Pode-se pensar que as metodologias participativas atuam diretamente na escuta das demandas dos usuários, possibilitando ações de promoção e defesa dos direitos e que, indiretamente, contribuem para a formação de capital social, desde que feita a sua articulação com o território, tomado como um espaço usado, como já abordado anteriormente.

Sendo assim, o diálogo interdisciplinar se mostra relevante para o trabalho social com famílias, desde que se proceda à sua adequação ao campo da assistência social, aos



objetivos e às diretrizes da PSB. É preciso lembrar que cada metodologia (mesmo aquelas consideradas participativas) tem a sua contextualização histórica e que a sua utilização no campo da assistência social não pode ser apresentada como mera repetição de procedimentos e técnicas. Tafarrello (2015) sinaliza que as metodologias participativas, para além das técnicas, dinâmicas e exercícios em grupo necessita traduzir uma concepção ético-política que orienta a intervenção. Sendo assim devem acontecer de maneira crítica, analisando suas possíveis contribuições e limites.

Pode-se pensar, dentre outras, no diálogo com a educação popular, também compreendida como educação crítica e problematizadora, e a intervenção psicossocial, oriunda da área da psicologia social. É relevante então indagar sobre seus princípios, propostas, procedimentos e possibilidades de contribuição para o trabalho na PSB, ou seja, para a concretização da entrega do produto da PSB enquanto política pública.

O diálogo com a educação popular prontamente nos remete a pedagogia da autonomia, de Paulo Freire (2003), mas também a diversos outros autores que hoje se colocam como referência na área, conforme amplo estudo realizado por Afonso (2010). Nas diferentes formas de pedagogia de problematização, há ênfase nas concepções de sujeito ativo e interativo, apropriação crítica de informações, reflexão e capacidade de resolução de problemas de forma individual e coletiva, dentre outros princípios. As experiências de trabalho social podem utilizar recursos como dinâmica de grupo, fotografia, teatro e outras formas culturais, mas sempre abrindo espaço para o diálogo e a comunicação do grupo em torno de seus objetivos.

Seus procedimentos, de maneira geral, incluem: conhecimento da realidade dos sujeitos e de suas principais questões, que

devem ser priorizadas segundo a importância que os sujeitos lhe atribuem vis a vis a sua importância na realização dos objetivos da política; encontros onde se busca problematizar as questões e ampliar o debate, sempre por meio de estratégias participativas, visando à apropriação dos conhecimentos pelos usuários e a sua utilização referenciada no contexto social e histórico para gerar possibilidades de respostas às vulnerabilidades existentes.

Porém, é importante lembrar que a pedagogia da autonomia e a pedagogia da problematização foram muito utilizadas em contextos que envolvem *reflexão*, mas não necessariamente *ação* na sociedade. Seria interessante considerar como poderiam contribuir para o trabalho com famílias no PAIF, considerando-se principalmente o seu potencial para as atividades grupais e coletivas.

Neiva (2010) destaca que a intervenção psicossocial visa construir processos de transformações sociais coletivas. E para tanto a proposição de metodologias participativas para a escuta e a participação dos sujeitos, dentro de seu contexto sócio histórico é ponto relevante.

São metodologias voltadas para o trabalho com grupos, instituições e territórios de vida e ação. Enfocam, no território, ou seja, no nível local, as representações sociais, as identidades sociais, os processos de comunicação social, os modos de vida, os vínculos sociais, a dinâmica das relações sociais de poder – como gênero e etnia – em contextos microssociais, dentre outras questões. Aqui, está em jogo a interação entre o sujeito, a sociedade e a cultura. Ora, indaga-se, não seriam estes elementos fundamentais a um processo de diagnóstico do território e de planejamento das atividades da PSB? Sim, seria uma resposta, desde que estejam articulados ao combate às vulnerabilidades e ao desenvolvimento das potencialidades e à proteção dos vínculos que respaldam o acesso

aos direitos de cidadania e aos direitos humanos.

E como se poderia fazer esta ligação? De acordo com Lévy (2001), os processos de intervenção psicossocial devem incluir a produção do conhecimento social dos grupos sobre si mesmos (reflexão), a sua organização e ação no contexto. A intervenção psicossocial parte da problematização da realidade pelos atores sociais, e busca ir além, desenvolvendo a participação e a ação no contexto. Trabalha a dimensão subjetiva na medida em que tal análise possa contribuir para a compreensão crítica da realidade sociocultural e colaborar na construção de novas representações sociais, identidades sociais e formas de interação.

No trabalho com grupos, dentro do território, parte-se da análise de uma demanda existente: o que é uma questão para o grupo, para qual grupo, por que e em que direção se produzir mudanças? Procede-se a um diagnóstico participativo da realidade vivida e a análise dos seus elementos críticos para se considerar as diferentes possibilidades e estratégias de mudança. São então definidos os objetivos prioritários enquanto se busca construir contextos de participação e de autonomia (como um processo contínuo).

A intervenção psicossocial conta com diferentes instrumentais, podendo ser citados a Pesquisa-Ação, o Grupo Operativo, a Oficina de Intervenção Psicossocial e as Rodas de Conversa. Na América Latina, a partir dos trabalhos de Martin-Baró, (1996), Paulo Freire, (2003), e outros, entende-se que houve um encontro fértil entre a Educação Popular e Intervenção Psicossocial.

Entretanto, uma coisa é a proposta teórica de uma metodologia e outra é a sua aplicação em um contexto histórico definido. Trata-se, em princípio, de buscar a afinidade teórica dessas metodologias com a PSB, no que concerne à defesa dos direitos e da cidadania. Mas logo em seguida surge o desafio de adaptá-las para serem efetivadas no campo da assistência social, de acordo com o

seu objeto e objetivos e isto sem que percam a sua dimensão ético-teórica, isto é, sem que sejam desvestidas de seus princípios básicos, da complexidade de seus conceitos e das possibilidades de suas aplicações práticas.

Para que? Garantir direitos, cidadania, qualidade de vida, direitos humanos (porque quando se busca uma operacionalização da qualidade de vida, corre-se o risco de reducionismos). Assim, cidadania é mais do que um conjunto de direitos de cidadania. É mais do que uma concepção teórica. É um valor sobre o qual se debruçam as diferentes visões de mundo e que se encontra em disputa entre os diferentes interesses sociais. Não é apenas um conceito que expressa algo ou sintetiza algo, é um objeto de luta e de desejo.

Afonso (2010), ao realizar levantamento quanto às práticas metodológicas de trabalho com famílias no âmbito do PAIF, salienta que os grupos e as atividades coletivas não podem se limitar a intervenções feitas no âmbito socioeducativo, sem fazer articulação entre os princípios da PNAS, as estratégias adotadas para alcançá-los e logicamente as suas contradições e tensões implícitas. Os processos subjetivos dos participantes dos grupos, das famílias, não podem ser priorizados sem correlacioná-los com os fatores socioculturais e estruturais presentes, correndo-se o risco de se criar um efeito de “quase culpabilização” dos participantes, pois as mudanças precisam encontrar ancoragem em formas mais tangíveis de apoio socioeconômico e cultural (Afonso, 2010).

É nesse sentido que as metodologias participativas podem atuar. Talvez possam facilitar a consecução de objetivos delimitados, a curto prazo, como a escuta da demanda e a construção de ações setorializadas e intersetoriais para responder a essa demanda. Porém, no que tange aos aspectos imateriais, pouco mensuráveis, mas, todavia, essenciais à participação, o caminho pode ser mais complexo, uma vez que

implicaria em abrir espaço e expressão para os diversos atores sociais e as suas diferentes questões, mesmo considerando que o trabalho esteja focalizando no âmbito dos objetivos da política da assistência social na articulação com as demais políticas que visam à concretização da proteção social no território.

**As metodologias participativas, a interdisciplinariedade e a intersetorialidade no território: conexões possíveis**

A PNAS exige uma metodologia de trabalho interdisciplinar e intersetorial, conhecimentos e técnicas diversos, tais como: Serviço Social, Sociologia, Antropologia, Psicologia Social e Psicologia precisam ser articulados pelas necessidades específicas do campo de aplicação (Afonso, 2010).

Na interdisciplinaridade, busca-se o diálogo e construção entre disciplinas diferentes. Não se trata apenas de conciliar pesquisas e métodos e sim de construir novas formas de interpretar e de operar no mundo (Santos, 2007). É compreensível que isso crie tensões e disputas internas, tendo em vista que a formação acadêmica ainda ocorre de modo bastante focalizado em disciplinas, o que pode gerar dificuldades de articulação e reforçar a disputa entre os saberes, revelando jogos de poder no cenário de intervenção. Mas também é possível que novos saberes e práticas resultem da empreitada.

Na mudança do paradigma assistencialista para o paradigma dos direitos, surge o desafio da produção de conhecimentos e metodologias de ação. É tão importante utilizar o conhecimento já produzido quanto produzir novos conhecimentos escutando as demandas que chegam dos usuários e da própria rede de serviços. Há que se considerar que o campo de conhecimento impacta a prática tanto quanto a prática impacta o campo de conhecimento.

Aprofundando a discussão, é importante lembrar que, no contexto do

Sistema de Garantia de Direitos, a integração entre as políticas públicas é fundamental para garantir a cidadania. Dessa maneira, a intersetorialidade deve andar lado a lado com a interdisciplinaridade no SUAS.

A intersetorialidade implica em uma mudança de paradigma sobre como abordar a realidade, na elaboração de projetos transformadores, no planejamento e avaliação participativa, com base regional e na atuação em rede de compromisso social (Inojosa, 2001, p. 106). Trata-se, portanto, do desenvolvimento de um olhar e de um fazer transetoriais, em que dialoguem as várias dimensões da mudança, orientados, sempre, pelas necessidades integradas da população e por uma perspectiva política de desenvolvimento social e de superação da exclusão (Inojosa, 2001, p.109).

Assim como a interdisciplinaridade opera sobre questões delimitadas, que exigem a articulação de saberes, na busca de formular novas interpretações e maneiras de fazer, a intersetorialidade se constitui no esforço de solucionar problemas sociais cuja complexidade exige a articulação de diferentes políticas públicas e de diferentes setores da sociedade. Assim, como lembram Garajau e Afonso (2012), a intersetorialidade não é um arranjo espontâneo, e sim um esforço diferenciado para a obtenção de resultados integrados. Para o enfrentamento de fenômenos complexos ligados à questão social, a gestão social encampa, dentre outras, a estratégia da intersetorialidade.

Argumenta-se, portanto, que os saberes e práticas do campo psi no SUAS precisam ser articulados (e, como efeito, transformados) não apenas de maneira interdisciplinar mas também a partir de ações intersetoriais. Tanto na PSB quanto na PSE, a interdisciplinaridade complementa, na prática, a intersetorialidade, traçando rumos para a ação profissional dentro de determinados contextos locais de trabalho.

Contudo conforme aponta Romagnoli (2016) “Em alguns casos, as equipes têm

dificuldades de construir laços coparticipativos com o território e com as famílias, direcionados à autonomia desse grupo e ao favorecimento da cidadania” (Romagnoli, 2016, p. 155). Este efeito possui correlação com os determinantes micropolíticos da execução da política de assistência social que muitas vezes se relacionam as condições socioinstitucionais locais de sua implantação, mas não só a estas, que acabam por gerar despotencialização dos fazeres profissionais, uma vez que a burocratização do trabalho mina as capacidades inventivas dos profissionais na relação com famílias e os territórios (Romagnoli, 2016). E neste sentido no trabalho social com famílias as estratégias de intervenção devem levar em consideração o contexto político e institucional no qual estamos inseridos bem como a correlação de forças que são produzidas nestes cenários (Itaboraí, 2005).

Ao apresentar as contribuições das metodologias participativas para o desenvolvimento do trabalho social com famílias na assistência social, explicita-se as conexões entre os pressupostos teóricos e metodológicos e a afinidade com as mudanças introduzidas pela Constituição Federal de 1988, pela LOAS (1993) e pela PNAS (2004) como a centralidade do território, interdisciplinaridade e intersetorialidade, à medida que favorece os vínculos entre os participantes, a reflexão sobre o cotidiano e o protagonismo (Afonso, 2010).

Ao adequar as metodologias participativas a um determinado cenário de intervenção, principalmente ao contexto das políticas públicas, no caso a política de assistência social, algumas adaptações e construções precisam ser realizadas. Afonso e Fadul (2015) apontam que a ausência e/ou precariedade de parâmetros para a realização das atividades coletivas (na grande maioria das vezes apenas os aspectos formais como número de participante, perfil, periodicidade, são considerados) apresenta-se como uma armadilha à qual tipo de projeto social e

cidadania a política visa convergir. É preciso criar mecanismos de gestão pública capazes de acompanhar a intencionalidade e a aproximação das atividades coletivas com os princípios e diretrizes da PNAS, buscando uma maior qualidade da oferta de serviços e ampliando o debate em torno de suas próprias contradições. Neste sentido, propõem-se a criação de estratégias de monitoramento e avaliação dessas metodologias atrelada às diretrizes da Política de Assistência Social com a finalidade de estabelecer parâmetros objetivos de mensuração e qualificação para a execução das oficinas no PAIF com vistas a produzir elementos relevantes a vigilância socioassistencial (Afonso & Fadul, 2015).

### **Considerações finais**

Embora haja uma diversidade possível de metodologias a serem utilizadas no contexto das políticas públicas, é necessário que as mesmas estejam em convergência com os princípios e diretrizes do SUAS e inclinadas a na direção de uma cidadania emancipatória. E neste sentido é importante problematizar as potencialidades e desafios quanto aos efeitos que as metodologias participativas podem produzir em relação à superação de situações de desproteção social e vulnerabilidades e à materialização de uma cidadania emancipatória.

Para a sustentabilidade dessas ações mostrou-se importante a reflexão sobre (1) os sentidos da participação, a sua (2) articulação com um diagnóstico local, (3) articulação com um planejamento estratégico e (4) articulação intersetorial, (5) condições institucionais para realização das atividades. Enfatiza-se que todos esses fatores, e não apenas as metodologias de trabalho internas aos grupos, interferem na entrega final do serviço do PAIF.

Longe de ter a pretensão de esgotar a presente discussão, buscou-se desenvolver subsídios, teóricos e metodológicos para a ampliação do debate crítico, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema

Único de Assistência Social, especialmente do PAIF, e por acreditarmos no seu papel estratégico para a consolidação do paradigma da garantia de direitos.

### Referências

- Afonso, M. L. M. (2000). *Oficinas em dinâmicas de grupo: Um método de intervenção psicossocial*. Casa do Psicólogo.
- \_\_\_\_\_; Abade, F. L.; Silva, M.V. (2009). O processo grupal e a educação de jovens e adultos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14(4), p. 707-715.
- \_\_\_\_\_. (2010) *Pesquisa qualitativa sobre metodologia de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF*. Serviço de consultoria no âmbito do Programa PNUD BRS /04/046. Brasília.
- \_\_\_\_\_; Fadul, F. M. (2015). O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), p.140-154.
- Andrade, P., Matias, M. (2009). Notas sobre o Desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias no âmbito da Política de Assistência Social. In Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, p.13-55.
- Angelim, A. E. S., & da Silva, C. M. L. (2016). Metodologia de Pesquisa-ação aplicada a ações interventivas do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS I, Salgueiro-PE. *Id on Line*
- Bobbio, N. Matteucci, N., Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed.
- Brasil. (2004). Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome (MDS). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2009). Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome (MDS). *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2012a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Vol. 1. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2012b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Vol. 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento. Integral à Família - PAIF. Brasília.
- Brose, M.(2001). *Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Fadul, F. M. (2014). O trabalho social com famílias no âmbito da proteção social básica: diálogos e conflitos no campo discursivo da assistência social. Dissertação Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Centro Universitário UNA.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília. Universidade de Brasília.
- Filgueiras, C.A.F (2014). Os territórios do SUAS. In: SUAS: A articulação entre psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas. Editora CRV. Curitiba pp, 85-97.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários*. São Paulo: Paz e Terra. 27 ed.
- Garajau, N. I. Afonso, M. L. M. (2012). Analisado a intersetorialidade como estratégia de operacionalização da gestão social. In: *Maestria*, Sete Lagoas, n.10, p. 73-88.
- Iizuka, E. S.,Gonçalves-Dias, S. L. F. Aguerre, P.(2011). Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida – São Paulo. *Cad. EBAP.EBR*, v. 9, nº 3, artigo 4, Rio de Janeiro, p. 749-779.
- Inojosa, R. M.(2001). Sinergia em políticas e

- serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos FUNDAP*, n. 22, p.102-110.
- Itaboraí, N. R. (2005). A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. *Anais do Seminário Famílias e Políticas Públicas – ABEP*, Porto Alegre.
- Koga, D.; Alves, V. (2010). A interlocução do território na agenda das políticas sociais. *Serviço Social & Saúde*. UNICAMP, Campinas, 8(9), p. 69-82.
- Lévy, A. (2001). A mudança: esse obscuro objeto do desejo. In: Machado, M. N. M. *Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica. Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del Rey, 5, p. 175-181.
- Martin-Baró, I.(1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1). p. 7-27.
- Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais. *Revista de Administração Pública* – Rio de Janeiro, 42, p. 551-579.
- NEIVA, K. M. C. (2010). *Intervenção Psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. 1. ed. São Paulo: Vetor Editora.
- Pereira, T. D. (2010). Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. *Revista Katális*. Florianópolis,13(2), p. 191-200.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), p.151-161.
- Santos, N. N.(2007). A Intersectorialidade como Modelo de Gestão das Políticas de Combate à Pobreza no Brasil: O Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos. Dissertação. São Paulo: FGV.
- Sposati, A. O. (2009). Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, p.13-55.
- Taffarello, I. M. S. (2015). A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do município de Várzea Paulista. Master's Dissertation, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, University of São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.100.2015.tde-26062015-125158. Recuperado em 04 de outubro de 2017, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br) (*Revista de Psicologia*, 10(31), p.81-99).

---

#### Dados sobre as autoras:

- *Fabiana Meijon Fadul* é Psicóloga - graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA. É Analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Docente do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas e Gestão de Programas e Projetos Sociais - Centro Universitário UNA. Atua principalmente com os seguintes temas: Intervenção Psicossocial, políticas públicas, gestão social, cidadania, família, grupos e psicologia social.

- *Maria Lucia Miranda Afonso* é Psicóloga social e clínica, Mestre e Doutora em Educação, professora do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário UNA.